

Receita esclarece que não cobrará imposto por Pix

O reforço na fiscalização de transferências via Pix e cartão de crédito não significa criação de impostos, esclareceu a Receita Federal. Em comunicado, o Fisco desmentiu informações falsas que circularam nas redes sociais nos últimos dias sobre cobrança de imposto para transferências digitais.

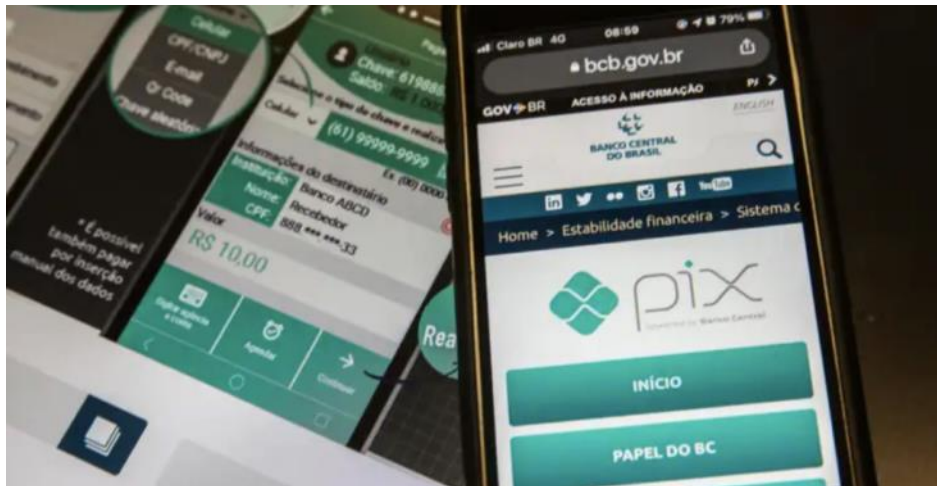
Em 1º de janeiro, entraram em vigor as novas regras da Receita Federal para a fiscalização de transferências financeiras. A principal mudança foi a extensão do monitoramento de transações financeiras às transferências Pix que somam pelo menos R\$ 5 mil por mês para pessoas físicas e R\$ 15 mil para pessoas jurídicas.

Além das transações Pix, esses limites também valem para as operadoras de cartão de crédito e as instituições de pagamento, como bancos digitais e operadoras de carteiras virtuais. Elas deverão notificar à Receita operações cuja soma mensal ultrapassa esse teto. Os bancos tradicionais, as cooperativas de crédito e instituições que operam outras modalidades de transação já tinham de informar à Receita sobre esses valores.

Gerenciamento de risco

Segundo a Receita, a instrução normativa que reforçou a fiscalização permite “oferecer melhores serviços à sociedade”. Como exemplo, o comunicado cita que os valores fiscalizados entrarão da declaração pré-preenchida do Imposto de Renda de 2026 (ano-base 2025), reduzindo divergências e erros que levam o contribuinte à malha fina.

O comunicado esclareceu que a Receita modernizou a fiscalização para incluir novos tipos



de instituições do sistema financeiro, como fintechs e carteiras virtuais. No caso do cartão de crédito, o Fisco extinguiu a Declaração de Operações com Cartões de Crédito (Decred), criada em 2003, e a substituiu por um módulo para cartões de crédito dentro da e-Financeira, plataforma que reúne arquivos digitais de cadastro, abertura e fechamento de contas e operações.

A e-Financeira opera dentro do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), criado em 2007 e que processa, por exemplo, as notas fiscais eletrônicas.

Sigilo bancário e fiscal

No comunicado, a Receita também explicou que o reforço na fiscalização não desrespeitará as leis que regulam os sigilos bancário e fiscal, sem identificar a natureza ou a origem das transações. “A medida visa a um melhor gerenciamento de riscos pela administração tributária, a partir da qual será possível oferecer melhores serviços à sociedade, em absoluto respeito às normas legais dos sigilos bancário e fiscal.”

A Receita reiterou que a e-Financeira não identifica o destinatário das transferências de uma

pessoa ou empresa para terceiros, via Pix ou Transferência Eletrônica Disponível (TED). O sistema, explicou o Fisco, soma todos os valores que saíram da conta, inclusive saques. Se ultrapassado o limite de R\$ 5 mil para pessoa física ou de R\$15 mil para pessoa jurídica, a instituição financeira informará a Receita Federal.

Em relação aos valores que ingressam em uma conta, a e-Financeira apenas contabiliza as entradas, sem individualizar sequer a modalidade de transferência, se por Pix ou outra. Todos os valores, informou a Receita, são consolidados, devendo ser informados os totais movimentados a débito e a crédito em determinada conta, sem especificar os detalhes das transações.

As instituições financeiras enviarão os relatórios à Receita Federal a cada seis meses. As informações referentes ao primeiro semestre deverão ser prestadas até o último dia útil de agosto. Os dados do segundo semestre serão apresentados até o último dia útil de fevereiro, prazo que permitirá a inclusão na declaração pré-preenchida do Imposto de Renda, na metade de março.

Fonte: Agência Brasil

Lula celebra democracia e diz que golpistas serão punidos

O ato Abraço da Democracia realizado nesta quarta-feira (8,) no Palácio do Planalto, começou com a entrega das 21 obras restauradas após o vandalismo de 8 de janeiro de 2023. Elas foram devolvidas e retornaram oficialmente ao acervo da Presidência da República—incluindo um relógio pêndulo do século XVIII e um quadro do artista Di Cavalcante.

Em seu discurso o presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) fez uma analogia ao filme “Ainda estou aqui”, de Walter Sales, ao declarar: “hoje é dia de dizer, em alto e bom som, ainda estamos aqui. Estamos aqui para dizer que estamos vivos, que democracia está viva, ao contrário do que planejam golpistas de 8 janeiro de 2023”.

Mais adiante, afirmou: “Os responsáveis pelo 8 de janeiro estão investigados e punidos. Ninguém foi ou será preso injustamente. Todos pagarão pelos crimes que cometeram, todos. Inclusive os que planejaram o assassinato do presidente e do vice-presidente da República e do presidente do Tribunal Superior Eleitoral”.

No evento, o presidente Lula também assinou o decreto que cria o prêmio Eunice Paiva em defesa à democracia. A iniciativa concederá a distinção a pessoas naturais, brasileiras ou estrangeiras, que tenham colaborado de



maneira notável para a preservação, restauração ou consolidação da democracia no Brasil. Eunice Paiva foi a viúva do ex-deputado federal Rubens Paiva, assassinado pela ditadura militar, que se tornou personagem do filme Ainda Estou Aqui, baseado no livro homônimo do seu filho, o escritor Marcelo Rubens Paiva.

Após o evento no Palácio, Lula acompanhado da primeira-dama Janja da Silva desceu a rampa do Planalto e se juntou a populares e representantes de entidades sociais e sindicais para participar do momento simbólico que foi um abraço ao redor da palavra democracia, escrita com flores, na Praça dos Três Poderes.

A CUT foi representada pelo presidente da entidade do Distrito Federal Rodrigo Rodrigues. Para ele, o ato “foi uma demonstração de resistência da classe trabalhadora, da população, dos movimentos sociais, do movimento sindical, na luta pelo espaço em que a classe trabalhadora encontra para poder colocar as suas pautas, reivindicar os seus direitos e avançar nos direitos conquistados.

Portanto, democracia sempre e sem anistia para os golpistas”.

Autoridades e discursos

No ato dentro do Palácio do Planalto estiveram presentes autoridades dos Três Poderes, ministros e governadores. O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Edson Fachin, que estava representado a Suprema Corte, defendeu a punição das pessoas que atentaram contra a democracia e afirmou que o dia 8 de janeiro de 2023 precisa ser lembrado para não ser repetido.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, foi enfático ao falar em defesa da democracia.

“Não podemos permitir que as lições do passado se percam. Cada ameaça que surge contra o regime democrático deve ser um lembrete do valor inestimável do que ele representa e da importância da luta cotidiana de todos nós para a sua preservação”, declarou.

Fonte: CUT

LULA, RECEBA OS SERVIDORES!

Assine carta aberta que expõe política salarial que aprofunda distorções e promove a elitização no serviço público

